

Potami Energia  
S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2016 e 2015**

# Conteúdo

<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas da  
Potami Energia S.A.  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Potami Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Potami Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



## Outros assuntos

### **Auditoria dos valores correspondentes**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Potami Energia S.A. correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não foram auditadas por nós e nem por outros auditores independentes.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de Junho de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Orlando Octávio de Freitas Júnior  
Contador CRC 1SP178871/O-4

# Potami Energia S.A.

## Balanços patrimoniais em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

### Ativo

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/16	Não auditado 31/12/15	31/12/16	Não auditado 31/12/15
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	50	2	5.270	24.692
Clientes	7	-	-	6.659	-
Outros créditos	8	14.726	-	1.959	11
Dividendos a receber		98	-	-	-
Tributos a recuperar		1.421	1.240	3.220	1.420
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>16.295</b>	<b>1.242</b>	<b>17.108</b>	<b>26.123</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Caixa restrito	9	-	-	7.911	-
Outros recebíveis		-	-	464	-
<b>Total realizável a longo prazo</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.375</b>	<b>-</b>
Investimentos	10	112.949	60.211	-	-
Imobilizado	11	-	-	420.472	109.239
Intangível		-	-	890	3.857
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>112.949</b>	<b>60.211</b>	<b>429.737</b>	<b>113.096</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>129.244</b>	<b>61.453</b>	<b>446.845</b>	<b>139.219</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Potami Energia S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

### Passivo e Patrimônio Líquido

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/16	Não auditado 31/12/15	31/12/16	Não auditado 31/12/15
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores	12	-	-	18.366	3.102
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	18.952	74.125
Imposto de renda e Contribuição social a recolher		-	-	3.300	-
Outras obrigações	8	786	54	6.608	593
Provisões diversas		-	-	1.741	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>786</b>	<b>54</b>	<b>48.967</b>	<b>77.820</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	269.264	-
Obrigações tributárias		-	-	156	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>269.420</b>	<b>-</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>786</b>	<b>54</b>	<b>318.387</b>	<b>77.820</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	14	116.720	57.310	116.720	57.310
Reserva legal		424	35	424	35
Reserva - cisão		876	876	876	876
Reserva de lucros a deliberação		10.438	3.178	10.438	3.178
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>128.458</b>	<b>61.399</b>	<b>128.458</b>	<b>61.399</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>129.244</b>	<b>61.453</b>	<b>446.845</b>	<b>139.219</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Potami Energia S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>Nota</b>	<b>31/12/16</b>	<b>Não auditado 31/12/15</b>	<b>31/12/16</b>	<b>Não auditado 31/12/15</b>
Receita operacional líquida	15	-	-	24.403	-
Custos da operação e conservação	16	-	-	(10.786)	-
<b>Lucro bruto</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.617</b>	<b>-</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
Administrativas, pessoal e gerais	17	(54)	(45)	(706)	(444)
Outras receitas (despesas) operacionais	18	-	-	7.969	(27)
Resultado de equivalência patrimonial	10	8.046	(386)	-	-
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos</b>		<b>7.992</b>	<b>(431)</b>	<b>7.263</b>	<b>(471)</b>
Receitas financeiras	19	1.266	1.375	1.065	1.764
Despesas financeiras	19	(1.461)	(9)	(10.884)	(358)
<b>Despesas (receitas) financeiras líquidas</b>		<b>(195)</b>	<b>1.366</b>	<b>(9.819)</b>	<b>1.406</b>
<b>Lucro do exercício antes dos impostos</b>		<b>7.797</b>	<b>935</b>	<b>11.061</b>	<b>935</b>
Imposto de renda e contribuição social	20	-	(413)	(3.264)	(413)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>7.797</b>	<b>522</b>	<b>7.797</b>	<b>522</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Potami Energia S.A.

## Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/16	Não auditado 31/12/15	31/12/16	Não auditado 31/12/15
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>7.797</b>	<b>522</b>	<b>7.797</b>	<b>522</b>
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b><u>7.797</u></b>	<b><u>522</u></b>	<b><u>7.797</u></b>	<b><u>522</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Potami Energia S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva Cisão	Reserva de lucros a deliberar	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2014 - Não auditado</b>	<b>54.230</b>	<b>876</b>	<b>2.692</b>	<b>9</b>	<b>-</b>	<b>57.807</b>
Aumento de capital	3.080	-	-	-	-	3.080
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	522	522
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Lucros retidos à deliberar	-	-	486	-	(486)	-
Dividendos	-	-	-	-	(10)	(10)
Constituição de reserva legal	-	-	-	26	(26)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2015 - Não auditado</b>	<b>57.310</b>	<b>876</b>	<b>3.178</b>	<b>35</b>	<b>-</b>	<b>61.399</b>
Redução de capital por cisão	(1.008)	-	-	-	-	(1.008)
Aumento de capital	60.418	-	-	-	-	60.418
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.797	7.797
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Constituição de reserva legal	-	-	-	389	(389)	-
Dividendos	-	-	-	-	(148)	(148)
Lucros retidos à deliberar	-	-	7.260	-	(7.260)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>116.720</b>	<b>876</b>	<b>10.438</b>	<b>424</b>	<b>-</b>	<b>128.458</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Potami Energia S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	Não auditado 31/12/15	31/12/16	Não auditado 31/12/15
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro antes de impostos	7.797	935	11.061	935
Ajustes para:				
Despesa com depreciação e amortização	-	-	4.084	-
Resultado de equivalência patrimonial	(8.046)	386	-	-
Receita financeira de investimentos mantidos até o vencimento	-	-	(71)	-
Remuneração sobre contratos de mútuo	13	-	360	-
Juros sobre empréstimos	-	-	2.728	-
<b>(Aumento) redução nos ativos</b>				
Aplicações financeiras	-	-	-	-
Tributos a recuperar	(181)	133	1.498	116
Resgates de investimentos mantidos até o vencimento	-	-	-	-
Clientes	-	-	(6.659)	-
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	-	-
Outros créditos	(59)	-	(2.011)	(6)
<b>Aumento (redução) nos passivos</b>				
Fornecedores	-	-	1	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(413)	(3.264)	(413)
Outras contas a pagar	348	(6.253)	6.673	(6.037)
Obrigações tributárias	-	-	156	-
Pagamento de juros	-	-	(8.126)	-
<b>Caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais</b>	<b>(128)</b>	<b>(5.212)</b>	<b>6.430</b>	<b>(5.405)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(284.203)	(71.672)
Aquisição de ativo intangível	-	-	-	(2.747)
Aumento de capital social em controladas	(45.797)	(27.684)	-	-
Aplicações financeiras	-	-	(8.514)	-
Resgate de aplicações financeiras	-	-	674	-
Contratos de mútuo ativos	(14.316)	-	(399)	-
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>	<b>(60.113)</b>	<b>(27.684)</b>	<b>(292.442)</b>	<b>(74.419)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	277.138	71.525
Aumento de capital social	60.418	3.080	60.418	3.080
Cisão parcial - caixa vertido	-	-	(14)	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	-	(71.525)	-
Pagamentos de dividendos	-	(10)	-	(10)
Contratos de mútuo passivos	(129)	-	573	-
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>60.289</b>	<b>3.070</b>	<b>266.590</b>	<b>74.595</b>
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>48</b>	<b>(29.826)</b>	<b>(19.422)</b>	<b>(5.229)</b>
<b>Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do período	2	29.828	24.692	29.921
No fim do período	50	2	5.270	24.692
	<b>48</b>	<b>(29.826)</b>	<b>(19.422)</b>	<b>(5.229)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Potami Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 9 de dezembro de 2011, tendo como objetivo a participação e desenvolvimento, diretamente ou por meio de joint venture (parceria), consórcio ou qualquer outra sociedade em cujo capital social a Companhia tenha participação, de ativos de energia renovável, incluindo, mas não se limitando a, pequenas centrais hidrelétricas (PCH), parque eólicos (CGE) e usinas termelétricas movidas a biomassa (UTE), participação em outras sociedades e atividades acessórias necessárias ao cumprimento do seu objeto social.

As atividades das controladas operacionais, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo” e individualmente como “entidades do Grupo”).

As controladas operacionais têm como atividade preponderante a geração e venda de energia elétrica por meio de suas Usinas Eólicas. A operação comercial das três usinas eólicas iniciou durante o terceiro trimestre de 2016.

Quando da elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração fez uma avaliação sobre a capacidade operacional da Companhia no futuro previsível. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou capital circulante líquido consolidado negativo de R\$31.859. Em compensação, apresentou geração líquida de caixa operacional de R\$6.605 e efetuou investimentos na suas controladas para construção dos parques eólicos no montante de R\$45.797, cujas operações comerciais foram iniciadas no final do exercício de 2016. As atuais projeções de fluxos de caixa operacional de 2017, juntamente com ingressos de caixa decorrentes do início das operações comerciais por meio dos contratos de energia já acordados, bem como a emissão de debêntures em maio de 2017 no valor de R\$ 42.431 serão suficientes para a manutenção do capital de giro da Companhia e mitigam qualquer incerteza significativa sobre a capacidade da Companhia de continuar operando no futuro previsível.

### **2 Entidades do Grupo**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e suas controladas (“Grupo”) a seguir relacionadas:

### **Participação acionária**

Participações diretas	31/12/2016	31/12/2015
Testa Branca I Energia S.A.	100%	100%
Testa Branca III Energia S.A	100%	100%
Porto do Delta Energia S.A	100%	100%
Testa Branca II Energia S.A	-	100%

### **Testa Branca I Energia S.A. (“Testa I”) e Testa Branca III Energia S.A. (“Testa III”)**

São sociedades anônimas de capital fechado, com sede no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, detidas integralmente por Potami, tratando-se de projetos eólicos localizados no Município de Ilha Grande, Estado do Piauí.

Testa I foi constituída em 22 de maio de 2013 e, por meio da Portaria da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 353, de 17 de julho de 2014, obteve autorização pelo prazo de trinta e cinco anos a partir de julho de 2014, para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração até julho de 2049 da Central Geradora Eólica denominada Testa Branca I e seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 22.000 kW de capacidade instalada, composta por dez unidades geradoras de 2.200 kW. O início de operação comercial ocorreu entre os meses de setembro e outubro de 2016.

Testa III foi constituída em 13 de maio de 2013, tendo como objeto social a geração e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração da Central Geradora Eólica Testa Branca III e seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 22.000 kW de capacidade instalada, composta por 10 unidades geradoras de 2.200 kW, na qualidade de produtor independente de energia elétrica, cuja autorização foi obtida por meio da Portaria da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 27, de 1º de março de 2016, pelo prazo de trinta e cinco anos a partir dessa data. O início de operação comercial ocorreu entre os meses de agosto e setembro de 2016.

### **Porto do Delta Energia S.A. (“Porto do Delta”, denominada Eólica Porto das Barcas S.A. até 20 julho de 2015)**

Porto do Delta é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 15 de julho de 2013 e, por meio da Resolução Autorizativa da ANEEL nº 3.088, de 30 de agosto de 2011, obteve autorização, pelo prazo de trinta anos a partir de agosto de 2011, para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração até setembro de 2041 da Central Geradora Eólica denominada Porto do Delta e seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 30.800 kW de capacidade instalada, composta por 14 unidades geradoras de 2.200 kW, localizada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí. O início de operação comercial ocorreu em novembro de 2016.

### **Testa Branca II Energia S.A. (“Testa II”)**

Sociedade anônima de capital fechado, com sede no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, detida integralmente por Potami até março de 2016 quando, por cisão parcial de Potami, o investimento foi vertido integralmente para a Omega Energia e Implantação 1. Testa

II foi constituída em 22 de maio de 2013, tendo como objeto social a geração e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração da Central Geradora Eólica Testa Branca II e seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 22.000 kW de capacidade instalada, composta por 10 unidades geradoras de 2.200 kW, localizado no Município de Ilha Grande, Estado do Piauí, na qualidade de produtor independente de energia elétrica, aguardando sua viabilização através de venda da energia produzida em Leilão.

### **3 Base de preparação**

#### **3.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil também de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 28 de junho de 2017. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia e suas controladas estão apresentadas na nota explicativa nº 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### **3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **3.3 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

##### ***a. Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas***

As informações sobre os julgamentos e as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2017 foram considerados no reconhecimento e mensuração de provisões e contingências, inclusive quanto a probabilidade e magnitude da saída de recursos.

**b. Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 22 - Instrumentos financeiros.

**3.4 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos ativos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

**4 Principais políticas contábeis**

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

**a. Base de consolidação**

**i. Controladas**

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data da aquisição do controle e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as do Grupo, utilizando políticas contábeis consistentes e, quando necessário, ajustes são efetuados para alinhar as políticas contábeis com as adotadas pelo Grupo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada, que não resulta em perda de controle, é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das suas controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

**ii. *Perda de controle***

Quando da perda de controle, a Companhia desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

**iii. *Transações eliminadas na consolidação***

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**b. *Moeda estrangeira***

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

**c. *Instrumentos financeiros***

A Companhia e suas controladas classificam ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

A Companhia e suas controladas classificam passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros ao custo amortizado.

**i. *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento***

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo separado.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.



Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**ii. Ativos financeiros não derivativos - mensuração**

*Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

*Ativos financeiros mantidos até o vencimento*

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

*Empréstimos e recebíveis*

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

**iii. Passivos financeiros não derivativos - mensuração**

*Outros passivos financeiros ao custo amortizado*

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

**d. Imobilizado**

**i. Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

**ii. Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

**iii. Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os ativos imobilizados das controladas são depreciados de acordo com a Resolução Normativa da ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012. Esta norma estabeleceu novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do manual de controle patrimonial do setor elétrico - MCPSE, aprovado pela resolução normativa n. 367, de 2 de junho de 2009, quais sejam:

Usina		Sistema de transmissão e Conexão	
Edificações Obras Civas e Benfeitorias	3,30%	Edificações Obras Civas e Benfeitorias	4,04%
Máquinas e Equipamentos	4,60%	Máquinas e Equipamentos	3,73%
		Móveis e utensílios	6,25%

Complementarmente, para atendimento ao novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, estabelecido pela Resolução Normativa da ANEEL nº 605, de 11 de março de 2014, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, as controladas Testa I, Testa III e Porto do Delta, cujos atos de outorga não prevêem indenização dos bens do imobilizado ao término dos respectivos prazos contratuais, realizam o complemento da quota mensal de depreciação desses bens de maneira a tê-los integralmente depreciados no final do prazo de autorização.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

**e. Ativos intangíveis**

**i. Ativos intangíveis**

A Companhia mantém saldo de intangível proveniente da aquisição de Porto do Delta Energia S.A., adquirida inicialmente pela coligada Zeta Energia S.A. e vertido em julho de 2014 para o portfólio de ativos de Potami. O ágio foi atribuído ao direito de exploração da autorização de exploração de Porto do Delta, sendo que a sua amortização será reconhecida no resultado por meio do método linear, no período entre novembro de 2016, data do início de sua exploração comercial, e setembro de 2041, quando encerra-se a autorização da ANEEL.

**ii. Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

**iii. Amortização**

A amortização é reconhecida no resultado por meio do método linear, baseado na vida útil estimada do ativo intangível, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para os exercícios de 2016 e 2015, relativa aos Direitos de exploração de autorização de Porto do Delta é de 25 anos.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

**f. Redução ao valor recuperável (impairment)**

**i. Ativos financeiros não derivativos**

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de *impairment*.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia e suas controladas sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

**ii. Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, exceto para o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente usando uma taxa de desconto, antes de impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

**g. Benefícios a empregados**

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**h. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Companhia e suas controladas são parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência ou obrigação, e uma estimativa razoável do valor possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**i. Receita operacional**

A receita operacional da venda de energia, no curso normal das atividades, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a vendedora, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional quando as vendas são reconhecidas.

A receita proveniente da venda de geração de energia é registrada com base na energia gerada e com preços especificados nos termos dos contratos firmados entre as partes.

**j. Arrendamentos**

**i. *Determinando quando um contrato contém um arrendamento***

No início do contrato, o Grupo determina se ele é ou contém um arrendamento

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, o Grupo separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento.

**ii. *Ativos arrendados***

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo.

**iii. *Pagamentos de arrendamento***

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

**k. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem, substancialmente, as receitas de juros sobre as aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e taxas bancárias.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

## **I. Imposto de renda e contribuição social**

### **(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

Para a Companhia e suas controladas, o imposto de renda corrente é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis, por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados a 30% do lucro real, quando aplicável.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

### **(ii) Imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

## **5 Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações, aplicáveis às operações da Companhia e suas controladas, serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

### **IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)**

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 foi aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 4 de novembro de 2016 através do Pronunciamento CPC 48 - Instrumentos Financeiros, sendo efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A avaliação preliminar da Administração não indicou impactos materiais na aplicação dessa norma.

### **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)**

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 foi aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 4 de novembro de 2016 através do Pronunciamento CPC 47 - Receita de contrato com cliente efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A avaliação preliminar da Administração não indicou impactos materiais na aplicação dessa norma.

### **IFRS 16 Leases (Arrendamentos)**

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## 6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	Não auditado 31/12/15	31/12/16	Não auditado 31/12/15
Bancos	4	2	594	52
Aplicações financeiras de liquidez imediata	46	-	4.676	24.640
	<u>50</u>	<u>2</u>	<u>5.270</u>	<u>24.692</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas, substancialmente, por aplicações em renda fixa por meio do instrumento Compromissadas lastreadas em Debêntures, indexadas entre 70% e 83,58% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2016 (entre 98,37% e 99,83% em 31 de dezembro de 2015).

## 7 Clientes

	Consolidado	
	31/12/16	Não auditado 31/12/15
Contratos bilaterais/Curto prazo	6.659	-
	<u>6.659</u>	<u>-</u>
Circulante	6.659	-
Não Circulante	-	-

Não há saldos em atraso em 31 de dezembro de 2016 e, portanto, não foi necessário o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

## 8 Partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente por Omega Energia & Impantação 1 S.A. e, controlada indiretamente em conjunto pelo BJJ Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Participações e da WP Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos em Participações, geridos pela Tarpon Investimentos S.A. e pela Warburg Pincus LLC respectivamente.

## Transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	Não auditado 31/12/15	31/12/16	Não auditado 31/12/15
<b>Balço patrimonial</b>				
<b>Ativo Circulante</b>				
<b>Mútuo a receber (b)</b>				
Omega Energia e Implantação 1 S.A.	202	-	404	-
Testa Branca I Energia S.A.	11.413	-	-	-
Testa Branca III Energia S.A.	1.339	-	-	-
Porto do Delta Energia S.A.	1.714	-	-	-
<b>Cientes (c)</b>				
Omega Comercializadora de Energia Ltda	-	-	1.065	-
<b>Dividendos a receber</b>				
Testa Branca III Energia S.A.	19	-	-	-
Porto do Delta Energia S.A.	79	-	-	-
	<u>14.766</u>	<u>-</u>	<u>1.469</u>	<u>-</u>
<b>Passivo Circulante</b>				
<b>Outras obrigações (a)</b>				
Omega Energia e Implantação 1 S.A.	-	-	(3.514)	(424)
Testa Branca I Energia S.A.	(11)	-	-	-
Testa Branca III Energia S.A.	(11)	-	-	-
Eólica Porto das Barcas S.A.	(16)	-	-	-
<b>Mútuo a pagar (b)</b>				
Omega Energia e Implantação 1 S.A.	(26)	-	(934)	-
Testa Branca I Energia S.A.	(105)	-	-	-
Testa Branca III Energia S.A.	(105)	-	-	-
<b>Fornecedores (c)</b>				
Omega Comercializadora de Energia ltda	-	-	(1.540)	-
<b>Dividendos a pagar</b>				
Omega Energia e Implantação 1 S.A.	(202)	(54)	(202)	(54)
	<u>(477)</u>	<u>(54)</u>	<u>(6.191)</u>	<u>(478)</u>



	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	Não auditado 31/12/15	31/12/16	Não auditado 31/12/15
<b>Resultado</b>				
<b>Receita operacional líquida(c)</b>				
Omega Comercializadora de Energia ltda	-	-	3.254	-
	-	-	3.254	-
<b>Reembolso de despesas com controladas (a)</b> (creditados na rubrica despesas operacionais - Administrativas pessoal e gerais)				
Omega Energia e Implantação I S.A.	-	-	84	180
	-	-	84	180
<b>Resultado financeiro (b)</b>				
Omega Energia e Implantação I S.A.	1.265	-	1.273	-
Testa Branca I Energia S.A.	(1.054)	-	-	-
Testa Branca III Energia S.A.	(126)	-	-	-
Porto do Delta Energia S.A.	(70)	-	-	-
	15	-	1.273	-

- (a) Refere-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros), incluídos no balanço patrimonial na rubrica Outras obrigações.
- (b) Contratos de mútuo financeiro, com liquidações ocorridas em 12 de maio de 2017 e com remuneração pela taxa DI divulgada pela CETIP, com os saldos a receber incluídos no balanço patrimonial na rubrica Outros créditos e os saldos a pagar na rubrica Outras obrigações.
- (c) Refere-se a operações de compra e venda de energia.

## 9 Caixa restrito

	Consolidado	
	31/12/16	Não auditado 31/12/15
	Aplicações financeiras	7.911

O saldo refere-se à aplicações financeiras de instrumentos de renda fixa, contratadas em condições e taxas de mercado, como forma de garantia e vinculadas aos financiamentos do BNDES descritos na nota explicativa nº 13, remunerados em média a 95% do CDI em 31 de dezembro de 2016. Estas aplicações somente podem ser movimentadas mediante autorização expressa do BNDES.

## 10 Investimentos

### Movimentação do investimento

#### *Controladora*

	Testa I	Testa III	Porto do Delta	Testa II	Total
Saldo em 31/12/15 - Não auditado	19.880	17.508	21.812	1.011	60.211
Aumento de Capital	23.507	11.396	10.894		45.797
Baixa por Cisão				(1.008)	(1.008)
Resultado de equivalência patrimonial	1.094	1.903	5.052	(3)	8.046
Dividendos	-	(19)	(78)	-	(97)
Saldo em 31/12/16	44.481	30.788	37.680	-	112.949

Os aumentos de capital nas controladas durante o exercício de 2016 foram realizados com o objetivo de provê-las com recursos financeiros para arcarem com os investimentos na implantação dos respectivos parques eólicos.

Através da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 21 de março de 2016, foi aprovada a transferência, para a controladora Omega Energia & Implantação 1 S.A., da participação societária total detida na investida Testa Branca II Energia S.A., avaliado a valor contábil na data de 29 de fevereiro de 2016 com suporte em laudo de avaliação preparado por empresa de avaliação independente, com a correspondente redução de seu capital social. O patrimônio de Testa Branca II era composto na data por ativos imobilizados no montante de R\$993, caixa e equivalentes de caixa de R\$14 e tributos a compensar de R\$1.

## 11 Imobilizado

### Composição

	Consolidado					
	31/12/16			31/12/2015 - Não auditado		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço						
Máquinas e equipamentos	418.992	(4.022)	414.970	-	-	-
Edificações	5.511	(61)	5.450	-	-	-
Móveis e utensílios	53	(1)	52	-	-	-
	<u>424.556</u>	<u>(4.084)</u>	<u>420.472</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Imobilizado em Curso	-	-	-	109.239	-	109.239
Total do imobilizado	<u>424.556</u>	<u>(4.084)</u>	<u>420.472</u>	<u>109.239</u>	<u>-</u>	<u>109.239</u>

### Movimentação no exercício

	Consolidado						Valor líquido 31/12/16
	Não auditado						
	Valor líquido 31/12/15	Adições	Baixas	Depreciação	Cisão	Transferências	
Imobilizado em serviço							
Máquinas e equipamentos	-	-	-	(4.022)	-	418.992	414.970
Edificações	-	527	-	(61)	-	4.984	5.450
Móveis e utensílios	-	-	-	(1)	-	53	52
	<u>-</u>	<u>527</u>	<u>-</u>	<u>(4.084)</u>	<u>-</u>	<u>424.029</u>	<u>420.472</u>
Imobilizado em Curso	109.239	312.816	-	-	(823)	(421.232)	-
Total do imobilizado	<u>109.239</u>	<u>313.343</u>	<u>-</u>	<u>(4.084)</u>	<u>(823)</u>	<u>2.797</u>	<u>420.472</u>

- (i) O montante de transferências de R\$2.797 refere-se a valores inicialmente classificados no ativo intangível.
- (ii) O montante de saídas por cisão de R\$823 está relacionado a transferência de participação em Testa II mencionada na nota explicativa nº 10.

### **Capitalização de custos de empréstimos**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os custos de empréstimos capitalizados no consolidado foram de R\$13.876 (R\$2.803 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015). A taxa média ponderada anual dos encargos financeiros da dívida, para o consolidado, utilizada para capitalização de juros sobre o saldo de obras em andamento, foi de 6,4% a.a. em 2016 (4,8% a.a. em 2015).

## 12 Fornecedores

	Consolidado	
	31/12/16	Não auditado 31/12/15
Fornecedores	3.166	-
Fornecedores de Equipamentos	15.200	3.102
	<u>18.366</u>	<u>3.102</u>
Circulante	<u>18.366</u>	<u>3.102</u>
Não Circulante	<u>-</u>	<u>-</u>

## 13 Empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	31/12/16	Não auditado 31/12/15
Financiamentos - BNDES	288.677	74.125
Custo de captação	(461)	-
	<u>288.216</u>	<u>74.125</u>
Circulante	<u>18.952</u>	<u>74.125</u>
Não Circulante	<u>269.264</u>	<u>-</u>

### Movimentação no exercício - Consolidado

	Principal	Encargos	Custo	Total
			Transação	
Saldos em 31 de dezembro de 2015 - Não auditado	71.525	2.600	-	74.125
Adição	277.599	-	-	277.599
Amortização	(71.525)	-	-	(71.525)
Adição - Custo Transação	-	-	(461)	(461)
Encargos financeiros pagos	-	(8.126)	-	(8.126)
Encargos financeiros provisionados	-	16.604	-	16.604
Capitalização de Juros	8.491	(8.491)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>286.090</u>	<u>2.587</u>	<u>(461)</u>	<u>288.216</u>

Abaixo são apresentados os detalhes dos financiamentos contratados.

Controlada	Instituição financeira	Valor contratado R\$	Data da contratação	Valor liberado R\$	Período de pagamento		Forma de pagamento	Finalidade	Custo da dívida (a.a.)	Garantias	Saldo da dívida	
					Início	Fim					31/12/2016	Não auditado 31/12/2015
Testa Branca I	ABC	22.100	julho de 2015	22.100	abril de 2016	abril de 2016	bullet	Financiamento da Usina	CDI + 2,35%	Fiança Corporativa da Omega Geração S.A.	-	23.393
Testa Branca I	BNDES	69.500	junho de 2016	69.500	fevereiro de 2017	janeiro de 2033	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,18%	Fiança Bancária para <i>completion</i> financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	72.046	-
Testa Branca III	ABC	22.900	julho de 2015	22.900	abril de 2016	abril de 2016	bullet	Financiamento da Usina	CDI + 2,35%	Fiança Corporativa da Omega Geração S.A.	-	24.255
Testa Branca III	BNDES	84.312	junho de 2016	84.312	fevereiro de 2017	janeiro de 2033	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,48%	Fiança Bancária para <i>completion</i> financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	86.382	-
Porto do Delta	ABC	25.000	julho de 2015	25.000	abril de 2016	abril de 2016	bullet	Financiamento da Usina	CDI + 2,35%	Fiança Corporativa da Omega Geração S.A.	-	26.477
Porto do Delta	BNDES	128.324	junho de 2016	125.762	fevereiro de 2017	janeiro de 2033	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,18%	Fiança Bancária para <i>completion</i> financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	130.249	-
											288.677	74.125

### 13.1 Cronograma de pagamento

Ano	Amortização da Dívida	Fluxo de Caixa Contratual
2017	18.952	39.961
2018	17.882	29.420
2019	17.882	28.406
2020 a 2022	53.647	78.397
2023 a 2025	53.647	68.639
2026 a 2028	53.647	58.805
Após 2028	73.020	61.973
	288.677	365.601

O fluxo de caixa contratual trata-se da projeção da dívida considerando os juros estimados, considerando projeções da TJLP.

### 13.2 Garantias

As garantias dos financiamentos são as usuais para um Project Finance, incluindo: Contas Reservas (conforme descrito na nota explicativa nº 9), cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos apresentados na nota de imobilizado, alienação das ações da Companhia e quando aplicável, cartas de fiança bancária.

### 13.3 Covenants Financeiros

As controladas Testa I, Testa III e Porto do Delta, estão sujeitas a índices de restrição de endividamento (covenants), notadamente o Índice de Capital Próprio (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), porém os mesmos passam a ser exigidos um ano após a primeira amortização a realizar em fevereiro de 2017.

### **13.4 Cartas de fiança bancária**

As controladas da Companhia mantêm em conjunto fianças contratadas no montante de R\$140.489 (não aplicável em 31 de dezembro de 2015), com vencimento entre junho de 2018 e dezembro de 2018, com o objetivo de garantia dos financiamentos junto ao BNDES.

## **14 Patrimônio líquido**

### **Capital social**

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2016 é de R\$116.871, estando integralizado R\$116.720 (R\$57.310 subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015), representados por 134.285.590 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (104.341.090 em 31 de dezembro de 2015) e 41.950.656 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2016 (não existentes em 31 de dezembro de 2015), detidas integralmente por Omega Energia e Implantação 1 S.A.

O saldo do capital não integralizado em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$151, foi integralizado em janeiro de 2017.

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 21 de março de 2016, foi deliberada a redução de capital no valor de R\$1.008, sem redução do número de ações de emissão da Companhia, no âmbito da transferência de participação societária na anterior controlada Testa II conforme descrito na nota explicativa nº 10.

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 3 de junho de 2016, foi deliberado o aumento de capital no valor de R\$29.944, com emissão de 29.944.500 novas ações ordinárias, sendo R\$16.400 em espécie e R\$13.544 pela capitalização de recursos anteriormente aportados na forma de adiantamentos para futuro aumento de capital.

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2016, foi deliberado o aumento de capital no valor de R\$30.624, com emissão de 41.950.656 novas ações preferenciais, sendo R\$1.099 pela capitalização de recursos anteriormente aportados na como adiantamentos para futuro aumento de capital e R\$29.525 pela conversão de mútuos devidos à controladora.

### **Distribuição dos lucros**

Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% para constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social. A acionista tem direito a um dividendo mínimo obrigatório de 2% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 22 da Lei das S.A. O saldo restante, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembléia Geral, observada a legislação aplicável.

Lucro líquido do exercício de 2016	7.797
Compensação de prejuízos	<u>-</u>
Lucro líquido ajustado	<u><u>7.797</u></u>
Destinação:	
Reserva legal	389
Dividendo mínimo obrigatório	148
Reserva de dividendos	<u>7.260</u>
	<u><u>7.797</u></u>

## 15 Receita operacional líquida

	<u>31/12/16</u>	
	<u>R\$</u>	<u>MWh</u>
Total Vendas	<u>25.909</u>	<u>175.568</u>
Vendas Mercado Livre	24.837	164.793
CCEE	7	39
Vendas Intercompany	<u>1.065</u>	10.736
Impostos	<u>(1.506)</u>	
	<u><u>24.403</u></u>	

## 16 Custo da operação e conservação

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/16</u>
Compra Energia	(6.465)
Depreciação usina	(4.086)
O&M	(664)
Pis e Cofins a compensar	598
Outros	<u>(169)</u>
	<u><u>(10.786)</u></u>

A rubrica Compra Energia refere-se a energia adquirida de terceiros e de partes relacionadas, sendo 96.602 MWh no exercício de 2016.

## 17 Despesas administrativas, pessoal e gerais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	Não auditado 31/12/15	31/12/16	Não auditado 31/12/15
Despesas de Pessoal, Geral e Administrativas	(44)	(44)	(208)	(366)
Despesas com ocupação	-	-	(34)	-
Outras	(10)	(1)	(464)	(78)
	<u>(54)</u>	<u>(45)</u>	<u>(706)</u>	<u>(444)</u>

A rubrica Despesas de Pessoal, Geral e Administrativas no consolidado está apresentada líquida de valores reembolsáveis de partes relacionadas e valores capitalizados no ativo imobilizado nos montantes de R\$370 (R\$500 em 31 de dezembro de 2015) e R\$5.777 (R\$466 em 31 de dezembro de 2015), respectivamente.

## 18 Outras receitas (despesas) operacionais, líquido

Refere-se, principalmente, a indenização aplicada pelas suas controladas a fornecedor comum, pela entrega em atraso de equipamentos do parque eólico, no valor líquido de impostos de R\$8.877, o qual foi recebido em dezembro de 2016.

## 19 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	Não auditado 31/12/15	31/12/16	Não auditado 31/12/15
<u>Receitas Financeiras</u>				
Juros s/ aplicações financeiras	1.266	1.327	1.113	1.647
Pis e Cofins sobre receita financeira	(62)	(4)	(142)	(23)
Outras receitas	62	52	94	140
	<u>1.266</u>	<u>1.375</u>	<u>1.065</u>	<u>1.764</u>
<u>Despesas Financeiras</u>				
Juros s/ empréstimos	-	-	(16.604)	(2.803)
Capitalização de juros sobre financiamentos	-	-	13.876	2.803
IOF	(161)	-	(4.259)	-
Comissão sobre Fiança	-	-	(332)	-
Remuneração de contratos de mútuos passivos	(1.281)	-	(1.278)	-
Outras despesas	(19)	(9)	(2.287)	(358)
	<u>(1.461)</u>	<u>(9)</u>	<u>(10.884)</u>	<u>(358)</u>
	<u>(195)</u>	<u>1.366</u>	<u>(9.819)</u>	<u>1.406</u>



## 20 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/16	Não auditado 31/12/15
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	11.061	935
Alíquota corrente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição apurados pela alíquota corrente	(3.761)	(318)
Exclusão de natureza permanente - despesas indedutíveis	(3)	-
Despesas (reversões de despesas) indedutíveis temporariamente	(150)	15
Compensação prejuízos fiscais não ativados	664	-
reconhecidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(84)	(179)
Outros	70	69
	<u>(3.264)</u>	<u>(413)</u>
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	<u>-29,5%</u>	<u>-44,2%</u>

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas apresentavam saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$1.079 (R\$3.073 em 31 de dezembro de 2015), para os quais não houve constituição de tributos diferidos ativo, em face de sua expectativa de recuperação não ser considerada provável.

## 21 Resultado por ação

A tabela a seguir apresenta o resultado por ação básico e diluído por ação, para os exercícios de 2016 e 2015.

	Controladora / Consolidado	
	31/12/16	Não auditado 31/12/15
Numerador		
Lucro líquido do exercício	7.797	522
Denominador		
Média ponderada do número de ações	<u>121.691.997</u>	<u>104.341.090</u>
Lucro por ação básico e diluído - em Reais	<u>0,0640843</u>	<u>0,0050063</u>

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de emissão destas demonstrações financeiras.

## 22 Instrumentos financeiros

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado (taxa de juros);
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

### Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais.

A Companhia e suas controladas detinham caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito mantidos com bancos e instituição financeiras, os quais possuem *ratings*, classificados pelas mais renomadas agências internacionais, entre alta qualidade e mais alta qualidade.

A Companhia e suas controladas detém contas a receber com clientes, os quais são liquidados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do período de relatório é apresentada a seguir:

	Nota	Consolidado	
		31/12/16	Não auditado 31/12/15
Caixas e equivalentes	6	5.270	24.692
Clientes	7	6.659	-
Caixa restrito	9	7.911	-
		<u>19.840</u>	<u>24.692</u>

### Risco de mercado (taxa de juros)

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia e suas controladas possuem financiamentos de longo prazo a índices atrelados à TJLP e de financiamentos de curto prazo atrelados à variação do CDI.

O risco de mercado referente à juros está apresentado em quadro no tópico “Análise de sensibilidade dos passivos financeiros”.

### **Análise da sensibilidade dos passivos financeiros**

Os principais riscos de taxa de juros atrelados às operações da Companhia e suas controladas estão ligados à variação da TJLP, indexador dos financiamentos junto ao BNDES.

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia e suas controladas estão expostas, na data de 31 de dezembro de 2016, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP para os financiamentos junto ao BNDES, foi definido o cenário provável com a taxa de 7,5% da TJLP para o ano de 2017 e, a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2017. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2016, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

	Exposição em 31/12/2016	Risco	Cenário provável	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Testa Branca I - Financiamento do BNDES	72.046	variação da TJLP	7.324	8.709	10.093
Testa Branca III - Financiamento do BNDES	86.382	variação da TJLP	8.782	10.441	12.101
Porto do Delta - Financiamento do BNDES	130.249	variação da TJLP	13.241	15.744	18.247
<b>Total</b>	<b>288.677</b>		<b>29.347</b>	<b>34.894</b>	<b>40.441</b>

### **Risco de liquidez**

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. O principal passivo financeiro contratado são os financiamentos com o BNDES e os empréstimos de curto prazo, e seus vencimentos contratuais demonstrados na nota explicativa nº 13.

A Companhia e suas controladas administram seus riscos de negócio em dois níveis básicos, estratégico e operacional, o que permite identificar claramente os riscos, priorizar as ações mitigatórias e otimizar os recursos necessários, adicionando, portanto, valor aos seus processos por meio de comitê de risco e comitê de planejamento.

A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso as saídas de caixa sobre instrumentos financeiros (outros que contas a pagar com fornecedores) para os próximos 30 dias.

A Companhia e suas controladas monitoram também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis, junto com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar.

Relativamente ao risco de aceleração de dívida, A Companhia e suas controladas têm contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas tem sido atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

### ***Classificação dos instrumentos financeiros***

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros do Grupo, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor Contábil		Categoria
	31/12/16	Não auditado 31/12/15	
Caixas e equivalentes	5.270	24.692	A
Caixa restrito	7.911	-	B
Clientes	6.659	-	C
Financiamentos	288.216	74.125	D
Fornecedores	18.366	3.102	D

A - Mensurados ao valor justo por meio do resultado

B - Mantidos até o vencimento

C - Empréstimos e recebíveis

D - Outros passivos financeiros ao custo amortizado.

A Administração avaliou o valor justo dos instrumentos financeiros acima e não os divulgou, pois os seus valores contábeis são razoavelmente próximos.

### ***Hierarquia de valor justo***

A Companhia e subsidiárias detém instrumentos financeiros qualificados no nível 1, correspondentes no consolidado a Depósitos bancários no montante de R\$594 em 31 de dezembro de 2016 (R\$52 em 31 de dezembro de 2015) e instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes no consolidado a Aplicações financeiras de liquidez imediata, no montante de R\$4.676 em 31 de dezembro de 2016 (R\$24.640 em 31 de dezembro de 2015).

## **23 Compromissos**

As controladas da Companhia tem como obrigação a geração de energia para honrar os contratos de curto e longo prazo, conforme descrito na nota explicativa nº 2. Para isso, incorre em custos pelos acessos ao sistema de distribuição e de transmissão, além dos contratos de conexão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL.

### **Arrendamentos mercantis operacionais**

As controladas da Companhia participam de transações de arrendamento mercantis operacionais relacionados ao uso de terreno onde instalados seus parques eólicos. Os arrendamentos de terrenos foram firmados há longa data e o Grupo determinou que o arrendamento é operacional. Esses arrendamentos foram firmados por período equivalente ao período da autorização de cada parque eólico, com opção de renovação do arrendamento após este período. O aluguel pago mensalmente ao arrendador é determinado inicialmente em valor fixo e, quando iniciada a

operação comercial é baseado em percentagem da receita mensal auferida em cada parque, e o Grupo não participa no valor residual dos bens arrendados. Consequentemente, foi determinado que basicamente todos os riscos e benefícios dos ativos são do arrendador.

Durante o exercício de 2016 o montante de R\$27 (sem valor no exercício de 2015, por estar em fase de implantação) foi reconhecido no resultado na rubrica de custo de operação e manutenção.

Os pagamentos futuros projetados de arrendamentos de terrenos são apresentados a seguir:

	31/12/2016
Até um ano	2.118
Entre um ano e quatro anos	5.181
Mais de quatro anos	29.860
	37.159

## 24 Eventos subsequentes

### i. Emissão de debêntures pela Companhia

Em 11 de maio de 2017, ocorreu a liquidação financeira, no valor total de R\$42.431, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, através de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, emitidas pela Companhia, cujos recursos serão destinados à pagamentos futuros e/ou reembolso de gastos, despesas, investimentos ou dívidas, direta ou indiretamente relacionados à implantação das três centrais geradoras eólicas que formam o Complexo Eólico Delta 2. O prazo de amortização dessas debêntures é de 19 parcelas, vencendo-se a primeira prestação no dia 15 de dezembro de 2017 e a última prestação no dia 15 de dezembro de 2026. Os juros incidentes sobre as debêntures são correspondentes a 7,3754% a.a., além da atualização monetária pela variação acumulada do IPCA.

### ii. Aumento de capital social da Companhia

Em 12 de maio de 2017, a Companhia realizou aumento de capital em suas controladas, com integralização de novas ações Preferencias Nominativas emitidas, no montante de R\$19.423, cujas deliberações em assembleias gerais extraordinárias nesta data ocorreram da seguinte forma:

	Testa I	Testa III	Porto do Delta
<b>Capital social anterior</b>	<b>44.690</b>	<b>29.847</b>	<b>32.683</b>
Integralização em espécie	3.996	7.274	4.330
Integralização com conversão de saldos de mútuos	2.536	1.287	-
<b>Capital social após a integralização</b>	<b>51.222</b>	<b>38.408</b>	<b>37.013</b>